



## *Os japoneses e a perseguição a estrangeiros em Juiz de Fora durante o Estado Novo*

Luiz Antonio Belletti Rodrigues\*

Tarcília Edna Fernandes do Nascimento\*\*

### **RESUMO**

Durante a Segunda Guerra Mundial e sob o regime do Estado Novo, o governo brasileiro passou a perseguir estrangeiros residentes no Brasil, oriundos dos países com o qual o país estava em guerra: Itália, Japão e Alemanha. As perseguições aconteceram de diversas formas e em diversos locais. Este estudo analisa como os mecanismos de repressão e perseguição a estes estrangeiros aconteciam, tanto explicitamente como de forma tácita. Este artigo apresenta parte deste estudo, a perseguição aos japoneses residentes na cidade, em sua maioria trabalhadores pobres que foram duramente perseguidos e presos. O estudo foi feito através de análise quantitativa e qualitativa de processos no Arquivo do Crime do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, pesquisa em jornais da época e documentos do Arquivo da Polícia Política, existentes no Arquivo Público Mineiro. O período estudado abarca o período entre 1939 e 1945, os anos de guerra. A análise das fontes abrange quatro questões historiográficas: o Estado Novo e como o entendemos hoje; a política de nacionalização de estrangeiros; a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, por fim, a perseguição aos estrangeiros e seus descendentes, vindos de países com que o Brasil estava em guerra, um dos muitos aspectos da repressão do Estado Novo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoritarismo, Segunda Guerra, Japoneses, Estado Novo

### **ABSTRACT**

During World War II and under the Estado Novo regime, Brazil began to persecute the foreigners, resident in the country, from the countries with which it was at war, Italy, Japan and Germany. The persecutions took place in different forms and in different places. This research analyzes how the mechanisms of repression and persecution of these foreigners occurred, both explicitly and tacitly. This article presents part of this study, the persecution of Japanese residents in the city, mostly poor workers who were hard-hounded and arrested. The study was carried out through a quantitative and qualitative process analysis in the Crime Archive at Juiz de Fora Historical Archive, research in periodicals and documents of the Political Police Archive, in the Arquivo Público Mineiro. The period studied covers the war years, from 1939 to 1945. The analysis of the sources covers four historiographical questions: the Estado Novo and how we understand it today; the nationalization policy of foreigners; the participation of Brazil in World War II and, finally, the persecution of foreigners and their descendants, of countries with which Brazil was at war, one of many aspects of the Estado Novo repression.

**KEY WORDS:** Authoritarianism, Second War, Japanese, Estado Novo

---

\* Doutorando em História, Universidade Federal de Juiz de Fora; Bolsista Capes

\*\* Mestre em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro



## INTRODUÇÃO

Os alemães, japoneses e italianos que moravam no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foram tratados como inimigos e passaram a sofrer perseguições. A guerra serviu de pretexto para a intensificação do autoritarismo do Estado Novo, usando o inimigo externo para que a nação se unificasse em torno de seu líder, Getúlio Vargas, e qualquer manifestação em contrário seria considerada uma sabotagem. O inimigo interno era qualquer um que não concordasse com o governo.

Este estudo conta a história da perseguição aos estrangeiros ocorrida na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A questão central é entender como uma cidade fundada por colonos alemães, e com grande número de imigrantes italianos, teve estes cidadãos, muitos deles nascidos aqui como descendentes, perseguidos de diversas formas, inclusive violentas. Pretende-se também identificar, através do estudo destas perseguições a estrangeiros, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. A pesquisa de campo mobilizou diversas fontes documentais, mas especificamente duas foram as mais utilizadas para os objetivos propostos: processos criminais em que os estrangeiros aparecem como réus, e notícias de jornais do período analisado, relacionadas aos temas propostos.

O período pesquisado está compreendido entre 1939 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra. Neste artigo analiso especificamente os documentos encontrados na pesquisa de campo que tratam da perseguição aos japoneses, que apesar de minoria na cidade, foram duramente perseguidos e presos. Neste artigo também foram utilizados os documentos encontrados no Arquivo da Polícia Política, existente no Arquivo Público Mineiro (APM) que puderam ser relacionados à perseguição de japoneses.

A intenção neste trabalho é mostrar que o campo de ação do Estado Novo era muito mais amplo que a ação contra trabalhadores estrangeiros nos seus locais de trabalho, como mostram diversas ações trabalhistas no período. Analisando o arquivo de crimes e os jornais da época, pretende-se mostrar que a perseguição e os braços da repressão do Estado Novo se configuravam como uma trama complexa, que se aproveitou dos efeitos da guerra, antes e depois da declaração do estado de guerra. Apesar de atingir vários setores da população,



foram os estrangeiros vindos dos países com os quais o Brasil estava em guerra os mais atingidos pela repressão. As perseguições aos estrangeiros foram diretas e oficializadas. Se antes anarquistas e comunistas eram os inimigos ideológicos, agora bastava ser estrangeiro e originário dos países do Eixo para que o perigo existisse. Durante os anos de guerra, os imigrantes e seus descendentes sofreram restrições e perseguições, inclusive prisões em campos de concentração, confisco de bens, fechamento de associações e intervenções em escolas.

### **1. A perseguição a estrangeiros no Estado Novo**

Ao relatar a história de sua família, de origem judaica, Boris Fausto (1997) nos mostra como a relação da população brasileira com os imigrantes dos países do Eixo mudou a partir do rompimento de relações diplomáticas em janeiro de 1942 e mais tarde com a declaração de guerra. Não importava que sua família fosse judia, mas, sobretudo, eram “súditos” de países em guerra com o Brasil. A propaganda do governo provocou uma onda de patriotismo. A mobilização popular que precedeu a entrada do Brasil na Guerra criou um clima hostil em relação aos estrangeiros destes países. A vida destas pessoas ficou muito difícil, com centenas de milhares de pessoas pedindo vingança pelo afundamento de navios brasileiros (NETO, 2013).

A cidade de Juiz de Fora possuía um grande contingente de alemães e italianos em sua população. Os trabalhadores e técnicos contratados para a construção da estrada União Indústria, ligando a região a Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no século XIX eram alemães, o que gerou a criação de um importante núcleo de imigração na cidade, ainda presente em alguns bairros nos dias atuais. Obviamente o impacto dos protestos contra estrangeiros foi grande na cidade, que além do mais tinha um importante núcleo fabril têxtil, cujos trabalhadores eram muitos deles estrangeiros ou descendentes de alemães e italianos. Durante os protestos pelo afundamento dos navios brasileiros durante a guerra a Casa de Itália foi fechada e ocupada, a Rua Itália se tornou Oswaldo Aranha, e a Rua Berlim passou a ser chamada de Avenida Governador Valadares.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechava o Congresso Nacional e outorgava uma nova Constituição, instituindo o Estado Novo, para ele uma necessidade inexorável, e declarava:



*A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes claros do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob este e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinara-se a uma realidade que deixara de existir<sup>1</sup>.*

Era o início da última fase de seu primeiro governo. Foi um período marcado pelo autoritarismo, que atingiu várias instituições e instâncias, ultrapassando o próprio Estado: “forças fascistizantes assumem a ‘retórica do medo’, a mentira o cinismo e a violência invadem o cotidiano do cidadão comum e, lembrando Arendt, rondam os sindicatos, as associações e os partidos” (DUTRA, 1992, p.30). Vargas passou a concentrar maiores poderes, redirecionando a economia e reestruturando o Estado. O federalismo pré-30 foi definitivamente destruído, e diversos processos se intensificam no país, tais como a urbanização, a industrialização, a diversificação da agricultura, entre outros. Se a Era Vargas é considerada pela historiografia como uma ruptura em relação à República Velha, caracterizada pelo predomínio político das oligarquias cafeicultoras e forte regionalismo, o Estado Novo foi a centralização e o fortalecimento do executivo, o “clímax de todo um processo político marcado por uma crise de poder” que se iniciou em 1930, onde os grupos em confronto não tinham a capacidade de impor-se sobre os demais (DINIZ, 1981, p.84).

A declaração de guerra representou um corte radical na vida de muitas pessoas que viviam aqui há muitos anos. Os idiomas destes países foram definitivamente proibidos de serem falados, e as pessoas passaram a ser “súditos do eixo”. A expressão “Quinta-Coluna”, que nomeava os espiões e sabotadores, era usada para humilhar os estrangeiros (LESSA, 2011). Para Estevão Martins, entrevistado por Lessa:

*O Brasil fez alguns gestos simbólicos que eram típicos do que os americanos também vieram a fazer depois, sobretudo com as colônias de descendentes japoneses no Havaí e na costa oeste dos Estados Unidos, que foi confinar os descendentes, ou os imigrantes recentes e seus descendentes como se fossem agentes do inimigo. É uma reação um pouco normal em época de guerra, embora seja bruta, deseducada e grosseira, porque muita gente não tem culpa de nada disso, não estava nem pensando nisso, estava só saindo da miséria seja como agricultor italiano, alemão ou japonês. Mas aconteceu (LESSA, 2011).*

Rosângela Kumura (apud LESSA, 2011) conta que, no Paraná, os súditos do Eixo foram retirados da orla marítima, os bens foram confiscados, e as casas nunca mais foram devolvidas: até hoje pertencem aos bancos, não aos japoneses, que foram levados para a fazenda do interventor do estado. Marlene Fávere (apud LESSA, 2011) relata o cotidiano e o

---

<sup>1</sup> Discurso de Vargas em 10/11/1937 (GUASTINI apud. CAMARGO, 1989).



medo dos estrangeiros, mas o que ela mais chama a atenção é que estas histórias não eram, na verdade, contadas. O silêncio foi a forma de lidar com as lembranças. O rearranjo de forças políticas forçou também o esquecimento das dores e rancores. A destruição de lápides nos cemitérios, a proibição de ouvir rádio, de cantar e festejar causou muita mágoa.

## 2. A perseguição aos japoneses

Neste artigo faço uma compilação dos principais documentos encontrados durante o estudo, relacionados à perseguição de japoneses. No caso dos processos criminais, não foi localizado nenhum processo específico em que o réu fosse japonês, todos foram provavelmente transferidos diretamente para a esfera do Tribunal de Segurança Nacional. Contudo em um processo analisado, o réu é um brasileiro, filho de italianos. Este brasileiro, de nome Repetto, diretor da Escola Normal na época, fez um comentário na rua, sobre notícias de guerra: “*O Japão ensopa eles tudo com batatas e ainda sobra tempo*”. Mesmo sendo diretor da Escola Normal, foi processado pelo comentário. No processo, estão arquivados diversos depoimentos e comentários sobre a guerra, alguns curiosos, como as professoras que aconselham a não comprar balas de japoneses, pois faziam mal, e outro sobre um suposto retrato de Mussolini exposto na entrada de um hotel da cidade. O processo, neste caso, foi arquivado pelo juiz.

Na análise dos jornais da época, principalmente na coleção do *Diário Mercantil* que está no Arquivo Histórico de Juiz de Fora é que os fatos aparecem. Em 6 de março de 1939, em um editorial assinado por Christovan Dantas, com o título “Racismo e Imigração”, o jornalista escrevia que no século XIX a imigração para a América se devia à superpopulação existente na Europa, e que diferentemente do “ditatorialismo” existente em 1939, os estrangeiros que aqui chegavam não tinham o instinto de perpetuar suas pátrias de nascimento, eles faziam aqui o “*melting pot*”, criando o “*tipo-síntese*”, 100% americano e fixado ao solo. O nacionalismo exacerbado e o racismo dos novos imigrantes teriam invertido a questão imigratória, o “*jus sanguinis*” prevalecendo sobre o “*jus soli*”. Os brasileiros, portanto, não poderiam concordar com os núcleos étnicos, que tenderiam a virar colônias de povoamentos. O Brasil não podia aceitar este “suicídio biológico”, não podia aceitar que os imigrantes japoneses “importassem” 30.000 noivas do Japão para se casarem com os japoneses que aqui vivem. O interesse do Brasil era justamente o contrário à exaltação do racismo: os estrangeiros deveriam ser “fatores de plasmagem de uma grande nação”,



acreditando na virtude dos cruzamentos, na fusão de etnias, inclusive a japonesa (AHJF, 2016).

Em 9 de março de 1942, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, noticiava:

*Os japoneses ocupam pontos estratégicos no interior de Minas. Um dos agricultores amarelos foi localizar-se precisamente entre uma fábrica de munições e um paiol do Exército, nas proximidades do reservatório de água. Sensacionais revelações do delegado de Juiz de Fora ao “Globo” (APM, 2016).*

Tujama Asajiro era plantador de tomates no atual bairro de Benfica da cidade de Juiz de Fora, e o próprio jornal não sabe se ele se instalou no local por acaso. O delegado o removeu do local, e informou ao jornal que achava estranho que existissem japoneses residindo próximo a estrada de ferro, pois eles poderiam cortar fios de telégrafo, eletricidade e danificar trens. Ainda em março de 1942, o Chefe do Serviço de Estrangeiros mandava carta ao delegado, recomendando que fossem tomadas medidas no sentido de restringir totalmente a circulação de japoneses, pois brasileiros estariam sendo maltratados no Japão (APM, 2016).

A perseguição aos japoneses na cidade parece ter sido implacável. A pedido da Polícia Política, a maior parte deles foi presa, apesar do número de indivíduos ser bem menor que o de alemães e italianos – cerca de vinte e duas pessoas, contra 555 italianos e 174 alemães, segundo o levantamento feito pela prefeitura na época (AHJF, Fundo Câmara). Eram pessoas mais humildes, que não possuíam bens, e eram tratados pela imprensa como os “amarelos”. Em 18 de março de 1942, o *Diário Mercantil* noticiava que mais três japoneses foram detidos – Isamu Araki, Tomenosuke Araki e Klimosuki Araki. Residiam em Guarará, cidade próxima a Juiz de Fora, e foram detidos por fazerem frequentes viagens ao Rio de Janeiro, visitando o consulado japonês. O delegado Valadão empreendeu uma busca e encontrou material de propaganda, trinta livros e boletins, mas motivo das viagens não foi revelado. No dia seguinte, o jornal informou que eles continuavam em silêncio sobre o motivo das viagens.

Também no dia 18, no mesmo jornal, era noticiado que um perigosíssimo espião fora preso em São Paulo: Heliceriu Chimba, padre budista, irmão do chefe de polícia de Tóquio, que teria escrito uma carta injuriosa ao Brasil, acusando o país de ter gente atrasada, selvagem e ignorante. O dia seguinte também é repleto de notícias sobre estrangeiros. Dois “amarelos” foram detidos e levados para a delegacia central, onde confessaram que receberam a visita do cônsul japonês. Tayama Asagi, morador de Benfica e Ruyusuke Kasai, morador de Chapeu D'uvas, não informaram o motivo da visita. Neste dia, também foi varejada a casa de um japonês em Cedofeita, próximo à linha férrea. A polícia encontrou na casa de Resuke e



Misque Maisuré material de propaganda do Eixo e cinco contos de réis que foram depositados no Banco do Brasil.

Em São Paulo, foram presos também dez japoneses, que escutavam potente aparelho de rádio. Eles aguardariam ordens do Japão para agir, e foram presos por desrespeitar o decreto que proibia a reunião de estrangeiros. Difícil imaginar que dez japoneses estariam parados aguardando ordens por rádio, direto do Japão. No dia 21, o jornal *Diário Mercantil* informava que um abaixo-assinado foi a entregue à prefeitura, sugerindo a mudança dos nomes da Rua Itália e da Avenida Berlim. Os nomes do Chanceler Oswaldo Aranha e do Governador Benedito Valadares foram os indicados. A mesma notícia dizia que as placas destas ruas haviam sido pintadas por alguém em ato de protesto. Em outra parte do mesmo jornal, uma coluna alertava que “somente os alemães residentes no Brasil bastariam para conquistá-lo”, bastando uma ordem de Hitler. A denúncia era um alerta ao Tribunal de Segurança Nacional. A informação teria partido de um súdito alemão preso no Rio de Janeiro. Em outra parte, a manchete dizia “Exército japonês dentro do Brasil – sensacionais revelações obtidas pela polícia paulista”. A carta teria sido enviada por um filho de japonês com tal informação. Seriam cerca de 25 mil homens, inclusive generais, com armas pesadas e planos estudados nos mínimos detalhes. O jornal não informa se a denúncia foi investigada ou onde estariam estes soldados e suas armas. Outra notícia, neste mesmo dia, dizia que um alemão, Eric Wolf, cujas atividades na cidade eram perniciosas, havia sido enviado para o Rio. Ele teria feito propaganda nazista, mas o jornal não informa como nem onde. Também neste dia, o delegado revogou todos os salvo-condutos de japoneses, em represália ao tratamento recebido 64 por brasileiros no Japão. Eles não poderiam mais sair de suas localidades.

No dia seguinte, era informado que fora aberto em Juiz de Fora o primeiro processo por infração do Decreto-lei 4.166. Era a família japonesa Takenawa – formada por Hisao Yoshio, Kijujiro Takenawa, e Resuke Maisure –, que tinha 50 contos numa lata de feijão. Como estes processos não estão no arquivo do crime, provavelmente foram processos abertos no Tribunal de Segurança Nacional. Ainda no dia 24, o japonês de Chapéu D'uvas voltava a ser notícia. O mapa encontrado com ele teria pontos estratégicos assinalados, como quartéis, fábricas, usinas, fortalezas, pontes, estradas, bases aéreas, etc. Era o mesmo japonês noticiado anteriormente, que recebeu a visita do cônsul em casa.

Em correspondência enviada ao Chefe de Polícia, o delegado especializado de Juiz de Fora, João Luís Alves Valadão, que aparece em praticamente todas as investigações, processos



e documentos encontrados para o período, lista os estrangeiros presos quando o Brasil declarou guerra; o nome deste japonês não fazia parte da lista, mas o “perigo amarelo” era uma preocupação declarada, principalmente pela imprensa. Já em 1941, um documento anônimo dizia que os japoneses pretendiam conquistar o Brasil, mais que os alemães. Seriam eles mais reservados que os fascistas e nazistas da quinta-coluna, mas esconderiam uma alma fria, com um patriotismo antinatural e anti-humano. Seriam eles muito perigosos (APM, 2016). Em correspondência enviada ao delegado no dia 26 de março do mesmo ano, uma pessoa informa que encontrou um japonês na rua e o encaminhou até a delegacia. Este declarou ser um viajante, que estava indo para a capital. Foi escoltado até lá (APM, 2016). Neste dia, o jornal *Diário Mercantil* informa que outro japonês, Seisaku Kawamura, desapareceu pouco depois de desembarcar em Belo Horizonte, para onde tinha sido enviado pela polícia de Juiz de Fora. Ele teria sumido no hotel, e o jornal não informa o porquê de ele ter sido enviado para lá, nem o que teria feito. Como quase todas as notícias sobre estrangeiros, não há uma sequência da história, bem como não há desdobramentos.

Em abril de 1942, o mesmo delegado especializado envia para Belo Horizonte o processo de outro japonês, Kiujiro Tajenawa, por infringir o decreto-lei 4.166. Este processo, como outros, seguiria para o Tribunal de Segurança Nacional. Em Uberlândia, em maio do mesmo ano, o delegado fez também um extenso relatório para o chefe de polícia, sobre a prisão de um outro japonês, Iokio Tanaka, informando que, apesar de nada ter concluído, o manteria sob custódia, porque:

*Ninguém poderá mais ignorar que os japoneses constituem elementos de grande perigo para o Brasil. Disfarçados em lavradores, os nipões têm conseguido, por intermédio de seus chefes, organizarem poderosas células de caráter subversivo, com irradiação em todos os recantos de nosso país, desde os pequenos núcleos agrícolas até as grandes cidades.*

O relatório informava que Iokio era como um chefe local dos japoneses, e que teria contato direto com a embaixada do Japão. O jornal *Correio de Uberlândia*, anexado à carta, diz que o “povo infame, verdadeira raça de víboras” nunca fez nada pelo Brasil, e os acusa de “sob a capa de um pseudopacifismo a horda nipônica, com organizações militares em todos os recantos do país, planejava uma ação bélica contra as nossas instituições”. Não há, contudo, na reportagem uma indicação de como isto aconteceria (APM, 2016).

No início de maio de 1942, no dia 6, classes produtoras da cidade lançavam uma campanha contra a quinta-coluna, com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda





(DIP). No dia 8, o jornal pedia a população que colaborasse e denunciasse os quinta-colunas. No dia 9, trinta e seis súditos do Eixo eram presos em Santa Catarina, por falarem alemão e italiano. No dia 20, segundo o jornal *Diário da Tarde*, um “espião nipônico” foi preso quando rondava o paiol de pólvora do 12º Regimento de Infantaria, portando croquis do terreno. Tratava-se de Ichio Imakuma, agricultor em Igrejinha. Doze dias depois, o mesmo jornal desmentiu que ele teria a posse de croquis. Para o jornal, ele tinha as mãos lisas para um agricultor. O japonês, quando perguntado sobre o porquê de ter sido preso, teria dito: “*Eu não sabe. Eu não fiz nada. Tava olhando teleno, quando puliça cegô e galô eu, tazendo plaqui. Num sô quinta-coluna. Mola muto tempo Blasil. Gosta muto Blasil, tela boa, tela rica.*”

Para Cytrynowicz (2000, p.28), analisando o caso do estado de São Paulo, os japoneses foram os mais discriminados. Foram expulsos de Santos e de alguns bairros da capital do estado, sendo proibidos de falar japonês e tendo suas escolas fechadas, passando a viver em um “limbo cultural e social que desestruturou suas comunidades”. De acordo com o autor:

*A Segunda Guerra Mundial seja em sua configuração mundial, com a constituição do Eixo Berlim-Roma-Tóquio, seja em suas repercussões internas no Brasil, em São Paulo, deixou uma profunda marca de mortes, dor e sofrimento no interior do grupo japonês, estabelecendo um corte histórico e de memória coletiva, muitas vezes submetidos ao mais doloroso silêncio entre as novas gerações de filhos e netos de imigrantes. A opressão contra os imigrantes japoneses, diferentemente do que ocorreu contra italianos e alemães em São Paulo, deixa claro que o Estado Novo moveu contra eles – a pretexto de acusações de sabotagem – uma campanha racista de larga escala (Cytrynowicz, 2000, p.28).*

Em agosto de 1943, o delegado Valadão respondia ao chefe de polícia em Belo Horizonte sobre a reclamação de dois japoneses presos em Juiz de Fora, feita ao Ministério das Relações Exteriores pela Embaixada da Espanha. As alegações eram de maus tratos e perda de liberdade. O delegado informa que foram apreendidos livros e uma quantia em dinheiro com Tokio Urata, dono da Casa Japonesa, mas que o dinheiro tinha sido entregue à sua esposa. Eles pedem uma indenização por destruição do patrimônio feita no estabelecimento de Tokio e na pastelaria de Shietaro Ishikawa. O delegado informa que as depredações foram ligeiras, feitas pela massa popular indignada por conta do afundamento de cinco navios brasileiros pelos alemães. Disse que o estrago não foi maior porque a polícia impediu. Interessante observar que a carta do delegado menciona as depredações a uma pastelaria e a uma loja, mas a notícia nunca foi publicada nos jornais analisados (APM, 2016).



## CONCLUSÃO

Os estrangeiros que viviam no Brasil foram perseguidos de diversas formas, mesmo os que se consideravam brasileiros. Em Juiz de Fora a perseguição chegou a ser violenta, mas muitas vezes aparecia em atos simples, como um simples comentário de rua. Muito pouco se escreveu ou se falou sobre o que aconteceu, e praticamente não há literatura sobre o período na cidade. Este artigo pretendeu mostrar, através da análise de um processo criminal, e com o cruzamento de outras fontes, a teia de informações e mecanismos repressivos que o Estado Novo criou.

A perseguição aos estrangeiros e seus descendentes é percebida também nas notícias e nos processos analisados. Um simples comentário já era considerado crime contra a segurança nacional, e os que atacavam os estrangeiros e eram processados por isso, nunca foram condenados, pois os processos simplesmente desapareciam. As falas dos envolvidos mostram como a imagem de italianos, japoneses e alemães estava carregada de preconceitos. As notícias, do mesmo modo, muitas vezes estão carregadas de preconceito e xenofobia. Os diversos documentos existentes no Arquivo Público Mineiro mostram que, além dos processos, uma intensa troca de informações entre os delegados construía um quadro completo da situação. A impressão que fica é de que cada estrangeiro, cada pessoa envolvida nestes casos era conhecida e vigiada. Os estrangeiros ou seus descendentes considerados não nacionalizados eram automaticamente considerados quinta-coluna. Não importava que tivessem nascido e vivido sempre aqui. Eram inimigos da pátria imaginada pelo Estado Novo.

É importante destacar também a perseguição específica aos japoneses. Seja o vendedor de balas, seja o de pastéis, ou mesmo os agricultores da zona rural da cidade. Eles não podiam olhar um trem ou um terreno. Foram praticamente todos presos, senão todos. E o tom das notícias era sempre racista e preconceituoso, referindo-se aos “amarelos”. Por sinal, pelas notícias encontradas, não só as de Juiz de Fora, esta perseguição foi geral, em todo o país. Um país que queria “branquear” a raça não poderia importar amarelos, somente brancos.

A vasta documentação encontrada nos Arquivos da Polícia Política, os relatórios detalhados das situações, e as ligações com as delegacias de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo mostram que o sistema de informação e repressão do Estado Novo funcionava muito bem, tendo conhecimento de todos os acontecimentos relacionados aos ativistas



ideológicos e aos estrangeiros que aqui viviam. Havia um controle eficiente das políticas implantadas para nacionalização, vigilância, controle e perseguição aos estrangeiros.

### Fontes primárias

Jornais do período (1937-1947). Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Arquivo da Polícia Política – APM - Arquivo Público Mineiro. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acessado em 07/04/2016.

Arquivo do Crime – Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

### Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMARGO, Aspásia(et al). *O Golpe Silencioso*. As origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1989.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios**. Histórias da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_, *Crime e Cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira - Brasil Republicano III**. São Paulo:DIFEL, 1981, p. 84

DUTRA. Eliana Regina de Freitas. O Fantasma do outro - espectros totalitários na cena política brasileira nos anos 30. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 12 (23/24):125-40, set 1991 - ago 1992.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas (SP): Papyrus, 1986.

NETO, Geraldo Magella de Menezes. A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda. Em Tempo de Histórias. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) N°. 23, Brasília, ago. – dez. 2013 ISSN 2316-1191

PACHECO, Jairo Queiroz. **Cotidiano fabril na Indústria Têxtil de Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela USP, n/ed. 1996.



PACHECO, Jairo Queiroz. *A Prisão do Japonês das Balas “Puxa-Puxa” e outras batalhas nacionais*. Anais da ANPUH, Belo Horizonte, 1997 (mimeo).

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.